



MICHEL FOUCAULT E AS (IN)CERTEZAS DA HISTÓRIA

MICHEL FOUCAULT AND THE (UN)CERTAINTIES OF HISTORY

CARVALHO, Alexandre*

<https://orcid.org/0000-0002-4990-0742> 

LUZ, Ceres**

<https://orcid.org/0000-0003-0874-1586> 

RESUMO: No final dos anos 1960, a historiografia moderna passa por transformações advindas das mudanças sociais que colocaram em xeque os parâmetros da história social. No bojo desse processo, Michel Foucault, filósofo francês, questiona os cânones epistemológicos da história social científica, em particular, as questões relacionadas com a verdade, rupturas e relações de poder, introduzindo os regimes discursivos no seio da análise historiográfica por meio de uma história do pensamento. A trajetória da “arqueologia” foucaultiana será investigada neste artigo em uma perspectiva dialógica com a historiografia, em especial, a francesa, com o fito de perceber as ressonâncias do pensamento foucaultiano na renovação conceitual e empírica da prática e do pensamento historiográficos.

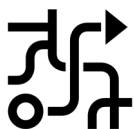
Palavras-chave: Michel Foucault; Historiografia; “Arqueologia” Foucaultiana.

ABSTRACT: In the late 1960s, modern historiography undergoes transformations from social changes that keep in check the parameters of social history. In the midst of this process, Michel Foucault, a French philosopher, questions the epistemological canons of scientific social history, in particular, issues related to truth, ruptures and power relations, introducing discursive regimes within historiographical analysis through a history of thought. The trajectory of Foucauldian “archeology” will be investigated in this paper in a dialogical perspective with historiography, especially French one, with the aim of perceiving the resonances of Foucauldian thinking in the conceptual and empirical renewal of historiographical practice and thought.

Keywords: Michel Foucault; Historiography; Foucauldian “Archeology”.

* Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1992), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1997) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professor pleno do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Antiga e Medieval, atuando principalmente nos seguintes temas: economia antiga, historiografia do mundo antigo. Antiguidade Oriental, Reciprocidade. E-mail: galvaocarvalho1967@gmail.com.

** Mestre pelo programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - PPGMLS da UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Formada em História pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Campus de Franca. E-mail: ceresluz@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Este artigo parte da compreensão de que a História, como ciência, passou por uma grande crise na década de 1970. Segundo Cardoso (2005), a chamada História Cultural foi a protagonista de um processo de desconstrução sistemática dos grandes objetos de estudo da história, um dos elementos fundamentais da unidade da cultura ocidental. Na opinião deste autor, a mudança historiográfica, que ocorreu principalmente a partir da década de 1970, é consequência tanto do desenvolvimento interno da disciplina, quanto das modificações profundas que o mundo vem sofrendo. (CARDOSO, 2005, p. 164-166).

Isso significa que a relação entre um mundo industrial e moderno, no qual a ciência e a tecnologia apontavam para um crescimento e um desenvolvimento, era necessária para a existência da história como ciência. Entretanto, esta noção de desenvolvimento e progresso já vinha sendo questionada desde a década de 1960, surgindo, principalmente, dos diversos movimentos sociais que começaram a ganhar força, por exemplo: os movimentos de desobediência civil, de direitos civis etc. Estes movimentos, desencadeados nos EUA, tiveram, como foco, além das críticas sociais e políticas, a qualidade de vida em uma sociedade extremamente industrializada. A partir deste momento, a sociedade começou a contestar a fé no progresso e na ciência, bases da Nova História Econômica quantitativa e do marxismo, levando em consideração os perigos e a brutalidade com que a tecnologia transformava os países industrializados e as nações em desenvolvimento. Estes fatores são importantes para pensar as transformações da historiografia, pois nem o modelo científico-social, nem o marxismo lhes pareciam convincentes (IGGERS, 2012, p. 161-163).

A perspectiva macro-histórica, com seus grandes objetos - Estado, mercado, capitalismo etc. - não respondia à complexidade da vida cotidiana, que envolve não apenas a dimensão material, mas também emocional e identitária. Nesse contexto, surgem novas inquietações e, por conseguinte, novas ideias para tentar respondê-las, como, por exemplo, a noção de que a exploração e a dominação não eram fundamentalmente oriundas das estruturas institucionais, da esfera política ou econômica, mas, como observou Foucault, em toda e qualquer relação humana (IGGERS, 2012, p. 164).

O *status* da história como ciência – consolidada no final do século XIX até a segunda metade do século XX – estava calcado na apreensão da realidade histórica de forma objetiva, por meio das grandes narrativas. Nos anos 1960 emerge o movimento conhecido como “giro



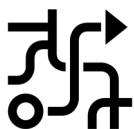
linguístico”¹ (*linguistic turn*) no âmbito da filosofia e crítica literária anglo-saxã e a *posteriori* na História. Um dos desdobramentos vitais para a escrita da história do “giro linguístico” é a dispersão de ideias e a ausência de um centro aglutinador que as unifique de fato (CEZAR, 2015, p. 441 - 445). O giro linguístico pode ser observado como um deslocamento histórico-estrutural mais amplo, definido em torno da crise da representação descrita por Foucault em sua obra *As palavras e as coisas* (RANGEL; ARAÚJO, 2015, p. 319).

Em meados do século XIX emerge a possibilidade de uma objetividade científica, apesar das palavras “objetividade” e “subjetividade” já aparecerem nos dicionários alemães, franceses e em ingleses no início do século XIX. Em 1820, Kant começa a suscitar a oposição entre os dois termos, sendo “objetivo” o que se refere a um objeto exterior e “subjetivo”, o que se refere a um objeto pessoal (DASTON, 2017, p. 73). A partir da década de 1970, a objetividade da História é questionada. Em 1979, o ensaio *The revival of narrative: reflections on a new old history*, escrito por Lawrence Stone, esclarece que a crença em uma explicação científica do passado foi amplamente rechaçada e, em seu lugar, surgiu o interesse pela pesquisa dos mais variados aspectos da vida humana. O artigo suscitou um intenso debate sobre novos objetos, novas abordagens e novas perspectivas. No rastro dessas indagações, são feitas críticas mais radicais à cientificidade da história, como as realizadas por Roland Barthes (1967), Hayden White (1973), Jacques Derrida (1967) que questionam a distinção entre fato e ficção/história e poesia. Entretanto, a repercussão das posições extremistas desses pensadores não reverberou com a mesma contundência na escrita da História, contudo, a crítica à objetividade da ciência histórica tomou corpo e muitas das questões levantadas a partir desse momento significaram uma inflexão sobre o campo de conhecimento da História.

É neste contexto de transformações do conhecimento e da escrita da história que nos propomos a analisar a trajetória intelectual de Michel Foucault (1926-1984) desde meados da década de 60 até os dias atuais. Procuraremos mostrar o desenvolvimento de algumas linhas mestras da reflexão foucaultiana, elucidando o método de análise intitulado “arqueologia”², a ser investigado por meio de seus escritos ao longo do tempo. Foucault

¹De acordo com Sampaio (2017), a expressão “virada linguística” se tornou corrente em 1967 após a publicação de uma coletânea intitulada *The Linguistic Turn: Essays in Philosophical Method*, organizada por Richard Rorty. O termo é designado como um paradigma pelo qual a investigação dos problemas filosóficos não se distingue de um exame da estrutura lógica ou discursiva que os enuncia.

²O termo método arqueológico não significa um método histórico imutável, visto que a “arqueologia”, ao longo do tempo, apresentou múltiplas definições e foi instruída pelos temas de pesquisa (MACHADO, 2006, p. 8).



promove uma crítica à racionalidade³ ao desenvolver uma história conceitual mais ampla no âmbito dos saberes, a fim de refletir sobre o sujeito, objeto central de suas discussões (MACHADO, 2006, p. 6).

Procuraremos tornar visível o sentido dado ao passado por Foucault, de acordo com as orientações culturais vigentes. Assim, elucidar-se-á sob quais circunstâncias se desenvolvem suas formulações, desafios e funções no âmbito da historiografia. Desse modo, nosso objetivo neste artigo é analisar parte de sua obra e suas repercussões no âmbito da historiografia, ressaltando algumas questões que consideramos fundamentais da reflexão foucaultiana para a História: as discontinuidades; a questão da verdade e o papel das relações de poder.

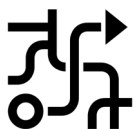
OS ANOS 60

Antes de analisarmos a trajetória da “arqueologia”, é necessário apresentar uma forte influência sobre o pensamento foucaultiano: Georges Canguilhem (1904-1995), que em sua reflexão sobre os procedimentos de produção do conhecimento científico, tomou a ciência como um discurso com proposições articuladas de forma sistemática com pretensão de verdade, não havendo critérios universais ou exteriores para se julgar a ciência, pois cada ciência produz a sua verdade ou *veridicidade*, cujos métodos de verificação se modificam no tempo. Daí, a provisoriedade da verdade científica, já que Canguilhem parte da atualidade científica como norma de julgamento, manifestando a sua historicidade. Sendo assim, uma ciência institui sua própria racionalidade em um determinado momento e se desenvolve por meio de sucessivas rupturas, de reformulações incessantes de conceitos, de filiações conceituais descontínuas (MACHADO, 2006, p. 12-29).

Na introdução de sua obra *O Conhecimento da Vida*, Canguilhem problematiza o objetivo do conhecimento, o “saber por saber”, visto que o saber deve buscar um sentido fora de “si mesmo”. Assim, a ciência não deve ficar presa apenas à descrição, ao conhecimento biológico, mas sim, ir além e compreender as razões que levam os corpos biológicos a fazerem determinadas escolhas ao invés de outras tão pertinentes quanto. (CANGUILHEM, 2012, p. 2-5).

Os temas – saber, discontinuidade e verdade – discutidos por Canguilhem, permeiam as reflexões da arqueologia foucaultiana. Em *História da loucura*, cuja primeira

³ De acordo com Machado (2006, p. 5), a ciência, na perspectiva da epistemologia, é um discurso normatizador, o lugar por essência da verdade, instauradora da razão.



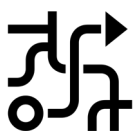
edição é de 1961, Foucault percorre os saberes sobre a loucura a fim de estabelecer historicamente as condições dos discursos e das práticas da doença mental, em particular, da psiquiatria. Analisando a loucura em uma longa duração, Foucault elucida o domínio da loucura pela razão, em vários momentos da história. De acordo com Machado (2006, p. 38), além da abordagem do objeto por meio do discurso teórico, do saber científico, Foucault explora a loucura por meio de uma percepção social sobre o louco, estabelecida no âmbito das instituições, misturando-o com outros excluídos da sociedade, caracterizando-o como sem razão.

Da ausência de razão à alienação, Foucault problematiza a pretensão à verdade do discurso científico ao investigar as condições de possibilidade da psiquiatria, sem abrir mão do conjunto heterogêneo dos discursos sobre a loucura. O “outro da razão” é procurado em todos os discursos sobre a loucura. A verdade encontra-se nas lacunas e silêncios escondidos de uma sociedade, possibilitando Foucault, ao tomar a loucura como objeto, promover uma crítica radical à modernidade (DOSSE, 2001, p. 203). A psiquiatria radicaliza e aprofunda o controle social da razão sobre a loucura por meio de sua patologização, sendo atravessada historicamente por experiências, e não pela evolução de um conceito teórico. Assim, o discurso científico possibilita o domínio da razão sobre a loucura, estabelecido por meio das resistências, descontinuidades e erosões dos saberes que o antecederam.

As rupturas em *História da loucura* emergem por meio de novas práticas políticas de controle tanto do louco quanto dos saberes e constituem os conceitos de loucura em diferentes momentos da história, pois, a psiquiatria herda as relações da cultura clássica, modificando e deslocando-as. A recepção dessa obra pelos historiadores franceses foi marcada pelo entusiasmo e afinidades, em especial, de Fernand Braudel (1962)⁴, que a avaliou como uma experiência na história das mentalidades, um projeto intelectual que se inscrevia na longa duração. Braudel apontou a problematização do conceito de verdade, um tema a ser explorado pelos historiadores, vinculado à estrutura histórica e não a uma verdade singular (FOUCAULT, 2010, p. 181; PEREIRA, 2017, p. 54).

É em *O nascimento da clínica* (1963) que Foucault aprofunda a relação entre ruptura e verdade. Ao investigar a medicina moderna, Foucault procura desvendar os elementos de uma ruptura em relação ao período pré-moderno, ou como ele chama, clássico. Este novo domínio, novo espaço e novo conhecimento traduz uma nova linguagem do discurso médico

⁴ Braudel escreveu uma resenha do livro *História da Loucura* no quarto número, em 1962, nos *Annales*. Ver: BRAUDEL, 1962.



que, nas palavras de Foucault, repousa sobre um postulado: “que todo o *visível* é ‘enunciável’ e que é ‘inteiramente’ visível, porque é integralmente ‘enunciável’” (FOUCAULT, 1977, p. 131). Assim, a ruptura ou a descontinuidade que a medicina moderna inaugura é o deslocamento de uma perspectiva ideal de visibilidade de sintomas, para uma investigação do organismo doente. Foucault define a normatividade (verdade) intrínseca da medicina, em diferentes momentos, por meio da reorganização epistemológica da doença e pelo estudo dos diversos tipos de espacialização e verbalização fundamentais do patológico, fazendo da ruptura o momento de instauração de uma nova normatividade. Daí ele iniciar o livro afirmando que o mesmo “trata do espaço, da linguagem e da morte; trata do olhar” (MACHADO, 2012, p. 73-77; FOUCAULT, 1977, p. VII).

Apesar da perspectiva descontinuísta ser comum tanto aos *Annales* quanto à obra foucaultiana, a tradição dos *Annales* aborda as rupturas de forma diferente em relação ao modelo foucaultiano apresentado em *História da loucura* e no *Nascimento da clínica*. Enquanto a História das mentalidades, nos *Annales*, ampara-se em sistemas coerentes e homogêneos, cujos horizontes mentais são compreendidos em camadas sedimentares, separadas por rupturas - “revoluções” -, o modelo foucaultiano ampara-se em camadas de discursos recentes, separadas de configurações mais antigas: um discurso emerge excluindo e aproveitando resíduos (REVEL, 2010, p. 161-162).

Em 1966, Foucault publica *As palavras e as coisas* e inaugura um novo momento da “arqueologia”, que agora procura perceber o saber implícito de uma determinada sociedade que torna possível o surgimento de uma teoria, de uma opinião, de uma prática (FOUCAULT, 2011a, p. 138). Sem abandonar o estudo histórico da periodização estabelecida em seus livros anteriores, Foucault analisa, em *As palavras e as coisas*, as mudanças dos saberes ocorridas entre os séculos XVIII e XIX que levaram ao surgimento das ciências humanas. Foucault chama a atenção para a existência de uma rede que estabelece uma disposição coerente dos saberes, uma compatibilidade fundamental dos saberes em uma dada época, nomeada por ele de *episteme*⁵.

A constituição histórica dos saberes sobre o homem na modernidade pode ser explicada pela relação com as ciências empíricas e a filosofia, estabelecendo o *a priori*

⁵ Em *As palavras e as coisas*, *episteme* possui um sentido monolítico, posteriormente, em *Arqueologia do saber* (1969), o termo passará a ser formulado a partir de outras noções - formações discursivas, enunciado, arquivo - e, mais tarde, no decorrer de suas obras, o conceito será substituído por dispositivo e depois por prática (PEREIRA, 2017, p. 60-61; CASTRO, 2009, p. 139).



histórico⁶ para o aparecimento das ciências humanas a partir da Revolução Industrial, ampliadas no decorrer do século XIX. Portanto, com esta relação, o homem passa a desempenhar duas funções do saber que se completam. No campo das ciências empíricas, a vida, o trabalho e a linguagem manifestam uma atividade humana; já a filosofia apresenta o homem como fundamento, aquilo que torna possível qualquer saber. É neste cenário que, pela primeira vez, o homem se tornou objeto de ciência, acontecimento este da ordem do saber que prescreveu o aparecimento das ciências humanas (MACHADO, 2006, p. 79-81; FOUCAULT, 2007, p. 485).

Quando Foucault utiliza o termo “História” não se refere à historiografia acadêmica, essa “compilação das sucessões factuais e seqüências do modo como possam ter ocorrido”, (FOUCAULT, 2007, p. 219). Por “História” ele entende o “modo fundamental de ser das empiricidades”, de tal modo que as coisas sejam concebidas existindo exteriormente umas às outras, diferente do quadro espacializado da idade clássica, pois a contiguidade espacial sugere uma rede de relações por meio da qual é possível reunir as coisas em um campo atemporal (WHITE, 1994, p. 267). A partir das discontinuidades entre as *epistemes*, é possível estabelecer as diferenças entre os conjuntos de saberes de determinadas épocas. Neste sentido, a *episteme*⁷ estabelece sistemas de simultaneidades e séries de mutações entre os saberes, proporcionando novas *epistemes* por meio de rupturas ou discontinuidades. A arqueologia de Foucault abandona os critérios de verdade e atualidade estabelecidos pela ciência, pois a ordenação dos saberes de uma época é constitutiva da sua verdade, considerando sua generalidade, profundidade e contemporaneidade (MACHADO 2012, p. 98-101). Sendo assim, as discontinuidades passam a fazer parte das análises das ciências humanas observadas a partir da norma, da coerência e da validade interna, permitindo que as análises possam ser pensadas por meio da ordem do sistema, da regra e da norma de forma descontínua (FOUCAULT, 2007, p. 498-499).

Em 1967, Foucault deu uma entrevista para a revista *Les lettre françaises*, na qual ele fala sobre as maneiras de se escrever a História e comenta o impacto de seu livro *As palavras e as coisas* junto aos historiadores. Nesta entrevista, Foucault discorre sobre as novidades

⁶ O *a priori histórico* designa as condições históricas, as condições de emergência do enunciado; é a regularidade que torna historicamente possível os enunciados (CASTRO, 2009, p. 21).

⁷ Segundo Ragusa (2017), Foucault usou um método estruturalista em *As palavras e as coisas* para pesquisar as sucessões e rupturas na *episteme*. Sobre a relação entre Foucault e o estruturalismo, ver Dosse (2001), cujo capítulo explora a apropriação do paradigma estrutural, então predominante nas ciências humanas na França nos anos 60, sobre o pensamento de Foucault.

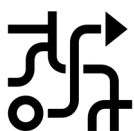


dos trabalhos históricos dos quais ele tende a se aproximar, interrogando as periodizações a partir dos acontecimentos escolhidos. Essas periodizações podem ser pensadas em diferentes níveis, criando inúmeras séries, a partir de diferentes recortes de acontecimentos. Este problema o leva à metodologia da descontinuidade.

Diferente da história das ideias, Foucault aborda o conjunto de transformações do discurso científico do século XVIII ao XIX, descrevendo grupos de enunciados, a fim de definir a regra de passagem de um estado ao outro, criando uma continuidade na análise e não um corte abrupto (FOUCAULT, 2008d, p. 67-68). De acordo com Le Goff, em *História e Memória* (2012), Foucault realizou um diagnóstico sobre a renovação da História, centrada em três pontos: a crítica ao documento, a importância da descontinuidade e a possibilidade de um novo fazer histórico, diagnóstico presente na introdução da obra *A Arqueologia do saber*, publicada em 1969.

Em *A Arqueologia do saber*, Foucault relaciona ruptura com sua teoria do discurso, por meio de transformações no seio das formações discursivas, pois as rupturas dizem respeito a um conjunto de saberes caracterizado a partir de inter-relações conceituais de determinadas épocas (MACHADO, 2006, p. 116-118). A noção de descontinuidade, apresentada sobre a natureza de acontecimentos dispersos, se torna uma operação deliberada do historiador, ao distinguir os níveis possíveis de análise, seus métodos e periodizações adequadas. Esse deslocamento é um conceito operatório, no qual os documentos são transformados em monumentos, já que os historiadores se voltarão para os documentos a fim de estabelecer séries, fixando seus limites e o tipo de relações que lhe é específico, além das relações entre diferentes séries. Portanto, revela que não é tarefa primordial do historiador reconstituir um dado acontecimento por meio da interpretação do documento, mas transformar o documento em monumento, trabalhá-lo em seu interior (FOUCAULT, 2012a, p. 7-9). Os documentos científicos, filosóficos, literários ou outros, considerados como formações discursivas, definem o saber e são redimensionados pela arqueologia foucaultina.

Foucault define arqueologia, em *A Arqueologia do saber*, como sendo uma análise de discursos, a fim de formular “regras de formação”, responsáveis pelas condições de existência, pelo aparecimento e distribuição de um determinado discurso, visto como prática discursiva (MACHADO, 2012, p. 104-105). A noção de discurso é central no livro e é descrito por Foucault como sendo um conjunto de enunciados, de modo que, compreender o enunciado nos leva à compreensão do discurso.



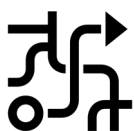
De acordo com Foucault, descrever o enunciado é realizar uma análise histórica, levando-se em consideração o referencial teórico, a posição de sujeito, o domínio associado e uma materialidade repetível. O referencial teórico, ou as condições de possibilidade de existência do enunciado, relaciona-se com uma determinada posição de sujeito, que pode ser ocupada por diferentes indivíduos sob certas condições, podendo se modificar ao longo da história. Os enunciados possuem uma existência material, podendo se repetir, de diferentes formas, conectando-se com outros enunciados (FOUCAULT, 2012a, p. 113-121).

Portanto, Foucault estabelece, em seus trabalhos da década de 60, uma relação entre descontinuidade, verdade e saberes. Partindo do pressuposto que o saber não está investido apenas em demonstrações, mas também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais e decisões políticas, desaparece da análise arqueológica a teleologia do conhecimento científico (FOUCAULT, 2012a, p. 239), pois desvincula a verdade da ciência e da sua atualidade, caracterizando-a como uma configuração histórica, produzida a partir das normas internas dos saberes de um dado período. Assim, é possível estabelecer uma pluralidade de rupturas que revelam os princípios de organização dos saberes e as condições de existência de diferentes saberes. Em vez da atualidade das ciências como critério de verdade, a arqueologia trabalha com a contemporaneidade dos saberes, compreendendo a verdade como uma construção histórica, remetendo a sua análise às suas regras de aparecimento, organização e sua transformação no nível do saber (MACHADO, 2006, p. 119).

OS ANOS 70

Em 1970, Foucault assume uma cátedra no College de France, intitulada por ele de “História dos sistemas de pensamento” e, em sua aula inaugural, publicada em 1971, sob o título de *A ordem do discurso*, o filósofo faz um balanço de suas obras da década de 60. O autor levanta novas possibilidades em relação à análise do discurso, complementado agora por um novo conjunto, denominado genealógico, preocupado com a formação efetiva dos discursos. Se antes, ele estava mais voltado para uma análise estrita do discurso, agora ele enfoca o que condiciona, limita e institucionaliza as formações discursivas (DREYFUS; RABINOW, 2013, p. 139).

Em sua aula inaugural, Foucault discorre sobre o controle do discurso, pois, em toda a sociedade, ele é controlado, selecionado, organizado e redistribuído a partir de alguns procedimentos. A relação entre o verdadeiro e o não verdadeiro, remetida para o interior do



discurso, é a vontade de verdade, uma das formas de regulação do discurso, que se modifica de acordo com as relações de poder. A vontade de verdade do discurso científico do século XIX se difere pela forma, pelos domínios de objeto, pelas técnicas, da vontade de saber da cultura clássica. Se por um lado a vontade de verdade apoia-se em uma base institucional, por outro ela exerce uma coerção sobre os outros discursos. Um exemplo foi a teoria genética de Mendel que não seguia os cânones do discurso biológico, porém, quando houve uma modificação na vontade de verdade, sua teoria entrou no campo do verdadeiro. Sendo assim, a vontade de verdade é uma construção histórica da verdade, não havendo uma verdade única, universal, mas uma vontade de verdade de uma dada época, que pode ser modificada e transformada (FOUCAULT, 2012b, p. 35-36).

A relação entre a história dos sistemas de pensamento e a prática dos historiadores aproxima Foucault da Nova História⁸, em particular, na reflexão sobre a longa duração e os acontecimentos, a fim de estabelecer as séries que permitem circunscrever o “lugar” do acontecimento, as condições de sua aparição e as margens de sua contingência.

Em uma conferência na universidade de Keio, no Japão, em 1970, Foucault discorre sobre *Rekisho heno kaiki* (o retornar à história), sai em defesa do método da história serial, cujo tema central é o acontecimento e conjunto de acontecimentos. Fundamentada na investigação de séries de documentos para estabelecer relações internas e externas a este *corpus*, o seu método permite a emergência de extratos de acontecimentos perceptíveis e imperceptíveis aos contemporâneos, sendo a função do historiador relacioná-los, conectá-los, criando séries de séries, quadros de quadros, e uma continuidade na descontinuidade. Assim, a noção de duração múltipla destrói a ideia de um tempo único, homogêneo e linear, construindo, a partir do modelo de multiplicidade dos tempos sociais de M. Halbwachs e Georges Gurvitch, conceitos operacionais, uma nova cronologia científica que apreende o acontecimento por meio de sua duração e eficácia ao longo da história, ao invés de sua data de ocorrência (FOUCAULT, 2008c, p. 291-294; LE GOFF, 1993, p. 54-55).

Em um artigo de 1971, intitulado *Nietzsche, a Genealogia, a História*, Foucault parte do conceito nietzschiano de genealogia, para introduzir sua reflexão sobre as formas de exercício do poder. Ao interpretar Nietzsche, Foucault compreende que a genealogia não busca uma origem, não pretende recuar no tempo com o intuito de estabelecer uma grande

⁸ Na apresentação do livro *História nova*, de 1978, Jacques Le Goff afirma que a história nova não depende de nenhuma ortodoxia ideológica e se inscreve na longa duração, longe de modismos ou novidades efêmeras (LE GOFF, 1993, p. 21).



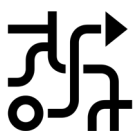
continuidade, mas encontrar as divergências, descobrindo que não há uma verdade absoluta (FOUCAULT, 2008b, p. 260-281).

Em nossa sociedade, a verdade é centralmente um discurso científico e institucional, submetida a incitações de caráter econômico e político, objeto de difusão, consumo e debate, produzida e transmitida sob o controle de grandes aparelhos políticos ou econômicos. Realidades, domínios de objeto e rituais de verdade são produzidos pelo poder. A “verdade” é, portanto, um conjunto de procedimentos regulados para a produção, funcionamento e circulação dos enunciados, ligado a sistemas de poder, que a produzem e lhe dão suporte, sendo, portanto, um “regime” de verdade (FOUCAULT, 2012e, p. 52-54).

A análise de Nietzsche se fundava na moralidade e nas práticas sociais a partir de atores individuais, já Foucault considera as motivações individuais como resultado de estratégias sem estrategistas (DREYFUS; RABINOW, 2013 p. 145). Em sua análise do termo *entstehung*, cujo significado é emergência, ponto de surgimento, ele procura mostrar como a genealogia se volta para o jogo casual das dominações, pois a emergência se produz em um determinado estado de forças. O acontecimento seria, então, produto de uma relação de forças, pois a irrupção de um novo acontecimento é produto de uma relação de forças que se inverte, de uma dominação que se enfraquece e uma nova que adentra (FOUCAULT, 2008b, p. 260-281). Se antes Foucault está preocupado com a descrição dos saberes, em suas condições de possibilidades intrínsecas, agora ele situa os saberes em suas novas pesquisas, como elementos constituídos pelas relações de poder.

Os livros seguintes *Vigiar e punir* e *A vontade de saber*, primeiro volume de *História da sexualidade*, destacam o poder e sua importância para a constituição dos saberes. Nestes livros, ele identifica o panóptico de Bentham e o confessional como lugares específicos, onde as relações de poder funcionam como micropoderes, inscritas nas leis universais da humanidade. Assim, a existência de formas de poder diferentes do Estado, apesar de articuladas com ele, é privilegiada, pois atinge a realidade mais concreta dos indivíduos. A história, por meio de rituais de poder, interpretada por certos grupos, avança de dominação em dominação (DREYFUS; RABINOW, 2013 p. 147-148; MACHADO, 2006, p. 120-121).

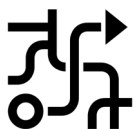
O que Foucault chama de “microfísica do poder” é um deslocamento do espaço e do nível de análise, no qual os poderes saem da esfera exclusiva do Estado e são estendidos para diferentes redes sociais, que mantêm certa autonomia em relação ao Estado. Os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da sociedade, mas dispersos, como uma rede de dispositivos que todos estão sujeitos. Portanto, não existe uma unidade de poder, mas sim relações de poder (MACHADO, 2012, p. 17-18).



Em *Vigiar e punir*, Foucault procura mostrar como novas técnicas de poder, instauradas a partir dos séculos XVII e XVIII, são tão ou mais eficazes do que os aparelhos de Estado. Essa “nova economia do poder” - “o poder disciplinar” - estabelece procedimentos que permitem fazer circular os seus “efeitos de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e ‘individualizada’ em todo o corpo social” (FOUCAULT, 2012e, p. 45). O autor divide o livro em quatro partes (suplício, punição, disciplina e prisão), abordando acontecimentos do século VI até a consolidação do sistema penal no século XVIII. Foucault, por meio de exemplos históricos, nos mostra a transformação da tendência, mesmo que não uniforme, da redução do suplício para um castigo em que a pena se centraliza na perda de um bem ou de um direito (FOUCAULT, 2011b, p. 19-27).

O poder disciplinar, observado através de uma multiplicidade de processos, de origens diversas, que se conectam e se apoiam, tem a função maior de “adestrar” para se apropriar de maneira mais eficiente, ao fabricar indivíduos por meio de pequenas células separadas. Pode ser visto nas escolas, nos hospitais, na prisão etc. Não se deve confundir sociedade disciplinar com uma sociedade disciplinada, pois o fato de existir instrumentos para a normalização e a disciplinarização não significa que havia um plano de uma normalização maciça, ou que toda uma sociedade seja disciplinada (FOUCAULT, 2011b, p. 180-260; FOUCAULT, 2012c, p. 323).

Em *História da sexualidade I*, publicado em 1976, Foucault se opõe a uma hipótese repressiva do poder, vista apenas como constrangimento, de forma negativa e coercitiva, com a função de suprimir a verdade e distorcer o saber. Assim, a ideia de verdade é oposta ao poder, sendo inteiramente externa um ao outro, pois tudo que o poder faz é reprimir. A genealogia foucaultiana reformula a hipótese repressiva, centrando seu trabalho nos regimes modernos de poder e no funcionamento prático da “verdade” (DREYFUS; RABINOW, 2013, p. 168-176). A partir do século XVII, emerge uma tecnologia política coerente, o biopoder, um poder sobre a vida, intermediado por relações de duas formas: a primeira, centralizada no corpo como máquina, assegurada por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas; a segunda, formada um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, destacou o corpo-espécie, transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos. Estes procedimentos do poder, elaborados a partir do século XVII, foram postos em ação no século XIX (FOUCAULT, 1988, p. 130-138), explicitando a ideia de que o saber na sociedade é produto de determinado poder, mas nem toda produção de saber funciona como efeito de poder; não são idênticos. O que Foucault quer mostrar é a especificidade histórica e a materialidade de suas correlações,



questionando os regimes de saber, o modo como eles circulam e funcionam, ou seja, suas relações com o poder. Em *Vigiar e Punir* e *História da sexualidade*, Foucault estudou como esse biopoder se materializa em instituições específicas (escolas, hospitais e prisões), demonstrando como as práticas disciplinares e confessionais atuaram sobre a sociedade, apesar de deixar claro que nem todas as práticas de nossa cultura se resumem a estas.

Em 1982, Foucault faz um balanço e síntese de suas reflexões ao longo de suas obras, afirmando que, em todo seu trabalho, ele procura compreender como, em nossa sociedade, os seres humanos tornaram-se sujeitos. Dessa maneira, ele estuda o poder para apreender a objetivação do sujeito por meio da sua investigação no discurso científico; de sua divisão interior e em relação aos outros e finalmente pelo modo como podemos nos tornar sujeitos. O poder é uma relação entre indivíduos ou entre grupos, na qual o sujeito se relaciona ao outro por meio do controle e da independência, de uma consciência ou autoconhecimento, que o subjuga e o sujeita. Por conseguinte, impõe-se uma forma de poder ao indivíduo que o transforma em sujeito. Dessa forma, ao estudar as relações de poder, Foucault se propõe a investigar as formas de resistência e os mecanismos de sujeição, associados com procedimentos de exploração e dominação. Assim, a disciplinarização das sociedades não significa um aumento da obediência, mas um ajuste progressivamente controlado entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e o jogo das relações de poder. Neste cenário, o exercício de poder é um conjunto de ações sobre ações possíveis em um terreno de possibilidades onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos. Daí, o termo “estratégia” como um conjunto de meios para concretizar um dispositivo de poder. Portanto, a dominação de um grupo e suas resistências são reveladas pelo entrelaçamento das relações de poder com as relações estratégicas e seus efeitos de interação recíproca (FOUCAULT, 2013, p. 273-290).

FOUCAULT E OS HISTORIADORES

Não há dúvida que Foucault é um pensador paradigmático para os historiadores de sua época, em particular, para aqueles e aquelas envolvidos com a Nova História, cujo diálogo é mais fortuito entre 1965 e 1974. As convergências entre o filósofo e os historiadores e historiadoras da Nova História são: a fuga do etnocentrismo; a perspectiva historiográfica, sujeita a rupturas e discontinuidades em contraposição a uma história tradicional; a simpatia com a “longa duração”, próxima da perspectiva de Bloch, mais complexa - em razão da heterogeneidade e multiplicidade dos tempos da história - do que a de Braudel em relação



aos ritmos temporais da história; pensar a história a partir do presente como procedimento metodológico para criticar a busca das origens; e finalmente, o interesse pelos novos objetos da história, com o objetivo de sacudir as estruturas e inserir no campo histórico os não-ditos da história tradicional, daí o interesse por temas como o corpo, o sexo, a morte e o medo. Foucault refletiu e teorizou sobre a prática dos historiadores da Nova História, que modificaram a concepção metodológica da história ao transformar monumento em documento, apesar de preocupar-se e temer que os historiadores da Nova História, que defendiam uma história total, caíssem na perspectiva de unidade, característica da história tradicional, em detrimento da perspectiva de dispersão (LE GOFF, 2003, p. 197-209).

Por outro lado, há um diálogo entre o “giro linguístico” com os trabalhos de Foucault, que transita em meio às duas tradições que ensejam o “giro linguístico”: a fenomenológico-hermenêutica e a neo-historicista (ou pós-moderna)⁹. O diálogo aparece no pressuposto, presente nas duas tradições, de que o sujeito do conhecimento não produz enunciados privilegiados em relação à realidade. Foucault apresenta o sujeito como sendo um “efeito” do discurso, não como um indivíduo, mas sim constituído pelas práticas discursivas. (RANGEL; ARAÚJO, 2015, p. 319; SPIEGEL, 2006, p. 48). É nessa perspectiva que alguns autores e autoras próximos do giro linguístico, como, por exemplo, Lyn Hunt vão utilizá-lo.

Mais importante do que a originalidade de seus temas, o impacto de Foucault na historiografia a partir da década de 1970 foi a forma de interrogar a história, ao propor um deslocamento das práticas para os objetos e não o inverso. Ao invés de partir da famosa estrutura social, representada enquanto “realidade objetiva”, ele propõe pensar como foram “instituídas culturalmente as referências paradigmáticas da modernidade em relação ao próprio social, à posição dos sujeitos, ao poder e às formas de produção do conhecimento”. Este tipo de metodologia permitiu trabalhos de pesquisadores do campo do feminismo. A noção de genealogia, a domesticação de corpos dóceis do poder disciplinar, a

⁹ De acordo com Rangel e Araújo (2015, p. 322-323), a tradição fenomenológico-hermenêutica está associada a Husserl, Heidegger, Gadamer, Paul Ricoeur, Koselleck e Gumbrecht, Walter Benjamin, Jörn Rüsen e François Hartog. Apesar das divergências entre estes pensadores, esta tradição sustenta que todo e qualquer pensamento e ação do presente é orientado e determinado pela relação entre passados e futuros. A tradição neo-historicista ou pós-moderna está vinculada a autores como Wittgenstein, Roland Barthes, Lyotard, Jean Baudrillard, Hayden White, Frank Ankersmit, Keith Jenkins, Stephen Greenblatt etc. Essa tradição compreende que há uma autonomia radical do presente em relação ao passado.



noção de dispositivo, a subjetivação e a reformulação do conceito de sujeito são conceitos importantes utilizados em trabalhos que repensaram o papel da mulher a partir de um viés feminista (RAGO, 1995, p. 72-74; 2014, p. 5-18). Além disso, o pensamento de Michel Foucault pode ser enredado em estudos de gênero, por exemplo, o *queer*, que se vinculam a vertentes do pensamento contemporâneo que problematizam noções clássicas de sujeito, de identidades e de agência; as noções de poder e resistência; o estudo das normas regulatórias da sociedade; a normatização dos gêneros, a heteronormatividade e os discursos que a constituíram historicamente como uma verdade universal (LOPES, 2017, p. 134).

Por outro lado, há resistências entre os historiadores profissionais em aceitar a maneira como Foucault pratica a história. Tais dificuldades são produto, segundo Albuquerque Júnior, do costume de pensar o processo histórico como uma totalidade coerente e racional, cuja busca pela verdade é sempre reafirmada (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2004, p. 91). Dessa maneira, o trabalho de Foucault foi motivo de fortes críticas, como, por exemplo, o historiador italiano Carlo Ginzburg (2006) e, no Brasil, Ciro Flamarion Cardoso (2005). Cardoso critica Foucault por sua visão desconstrucionista em relação à história científica, por entender que as ciências sociais são saberes constituídos por certos discursos delimitados pelas esferas do saber/poder de que se oriundam. Cardoso (1988) acredita que os temas tratados por Foucault são relevantes, mas o seu método seria ilegítimo e de caráter reacionário. A crítica se centra na seleção das fontes e na noção de condições de possibilidade. Assim, Foucault é relacionado com o antirrealismo epistemológico e com a epistemologia pós-moderna ao abandonar os “grandes objetos” em favor da chamada “história em migalhas”, apesar de Foucault, segundo Cardoso, não se enquadrar na perspectiva pós-moderna de que não há nada fora do texto, já que este admite a existência de práticas e de dispositivos (CARDOSO, 1988, p.110-111; CARDOSO, 2005, p. 79-85).

Em posição diversa a de Ciro Cardoso, Durval Muniz Albuquerque Junior não concorda com a generalização estereotipada da pós-modernidade articulada com o adjetivo de reacionário e irracional. Para o autor, irracionalismo seriam outras maneiras de descrever e praticar a racionalidade; práticas e discursos de experiências que foram silenciadas pela racionalidade ocidental iluminista. O debate carece de uma concepção compreensiva da historiografia foucaultiana ao não explorar o questionamento de Foucault à racionalidade moderna, atribuindo-lhe de forma simplificadora a pecha de irracional, esquecendo-se de que essa racionalidade moderna foi estabelecida às custas de exclusões. Para Albuquerque Junior não existe a Razão, mas “maneiras de racionalizar o mundo, que são características de cada época e de dadas sociedades.” Em relação à crítica a Foucault de

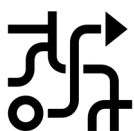


antirealista, Albuquerque Junior considera a produção da realidade gerida socialmente, com instâncias responsáveis por produzir socialmente a realidade. O historiador reconstrói as versões sobre o passado, a partir de signos que precisam ser significados ou que possuem sentido advindo de uma época e por homens que nela viveram e foram capazes de construir. Assim, o historiador trabalha com a realidade construída pelos homens em suas diversas práticas, discursivas ou não. Dessa forma seria impossível negar a realidade. (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 10 - 13)

Ginzburg (2006) contestou os estudos científicos sociais em grande escala por distorcer a realidade, defendendo a micro-história, que implicava, por um lado, abrir a história para pessoas marginalizadas, usando outros métodos, por outro, elucidar o devir ao nível dos pequenos grupos, em particular, por meio de estudos sobre a cultura popular como em *O queijo e os vermes* (2006). Neste livro, Ginzburg critica a pesquisa coletiva levada a cabo por Foucault no livro *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* (1973), ao não colocar, em primeiro plano, as memórias do assassino e privilegiar uma descrição dos autos, caindo em um “irracionalismo estetizante”.

Em uma resposta às críticas de historiadores¹⁰ de que suas pesquisas tratavam os dados, datas e documentos de forma despojada, Foucault afirma que seu objetivo não é restituir a instância global do real como totalidade, mas partir de um problema observado em um dado momento. Assim não é necessário compreender e examinar todo o material de um determinado período, mas analisar os elementos que colaboram para resolver o problema proposto, estabelecendo relações que permitam solucioná-lo, já que, sua história-problema, uma ferramenta intelectual, almeja construir hipóteses para a resolução de um questionamento. Foucault interroga o princípio de que a única realidade a ser investigada é a própria sociedade e defende a legitimidade de análise de elementos, como por exemplo, a elaboração do panóptico de Bentham, que é uma maneira de pensar, um objetivo a ser perseguido, mesmo que não tenha se concretizado na realidade. Foucault se volta para o comportamento dos atores sociais e para as modalidades de suas ações ao reconhecer que os agentes se moviam em uma pluralidade de contextos, cujos recursos e lógicas são construções sociais. Ao invés de partir da famosa estrutura social, ele procura pensar como foram instituídas culturalmente as referências paradigmáticas da modernidade em relação

¹⁰ Em relação a essas críticas, ver Michel de Certeau (2013, p. 105-110); Pierre Villar (1995, p. 161-163); Jacques Léonard (1980, p. 163-181).



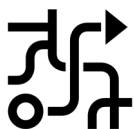
ao próprio social, à posição dos sujeitos, ao poder e às formas de produção do conhecimento (FOUCAULT, 2012c, p. 319-321; REVEL, 2010, 167-174; RAGO, 1995, p. 72).

Paul Veyne¹¹ não concorda com as críticas de que Foucault teria uma postura relativista em relação à verdade, na medida em que a verdade é perfeitamente explicável e não uma flutuação indeterminada, pois o que Foucault defende é que os objetos da ciência e a própria ciência não são verdades eternas. Tal postura não tem nada de cético ou relativista, mas sim na crença de que toda ciência é provisória. Foucault propôs outros questionamentos à história, vendo-a em seu conjunto, correlacionando os objetos às práticas datadas, delineando-a a partir das objetivações, - constituição de domínios de objetos e de subjetivação. Foucault não compreende o acontecimento dado como fato, mas como algo que surge em um campo de força, com configurações específicas (VEYNE, 2014, p. 251-280; RAGO, 1995, p. 76). Dessa forma, a reflexão foucaultiana corrói as pretensões universais e as justificações teleológicas de uma história social, regida pelo conhecimento objetivo.

Foucault, em sua perspectiva genealógica da história, não põe de lado a sociedade, a economia, etc., mas, as estruturas, por meio das práticas. Na verdade, seus estudos são uma gênese das práticas sociais e discursos que dão lugar a formas múltiplas de subjetividade. Neste sentido, as práticas, estudadas por Foucault, também são objetos dos historiadores, pois o método foucaultiano consiste no entendimento de que as coisas são objetivações de práticas determinadas (GARCÍA, 1997, p. 147; LE GOFF, 2012, p. 105; VEYNE, 2014, p. 251).

Os historiadores, de acordo com Foucault, devem privilegiar a noção de prática frente às do objeto -, resultado das práticas sociais e culturais - e do sujeito - efeitos de práticas mutantes, construções variáveis e difusas - a fim de relacionar os seres humanos entre si e não justificar uma certa visão do presente, apagando as diferenças do passado, não levando em consideração à descontinuidade, por se encontrarem em uma posição privilegiada: por conhecer o passado, o historiador tem poder. Assim, o filósofo aspira alterar a posição do historiador de que não se deve legitimar o presente, ao cotejar no passado os significados que dão suporte a uma inevitabilidade do presente (GARCÍA, 1997, p. 148; POSTER, 1982, p. 118-122).

¹¹ Paul Veyne ingressou no CF no ano de 1976 e, a partir dos cursos ministrados por Foucault, no período de 1976-1978, ele escreveu um texto intitulado “Foucault revolutionne l’histoire”, para a segunda edição do livro *Comment on écrit l’histoire: essai d’épistémologie*, publicado em 1978.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões relacionadas com a verdade, descontinuidade e relações de poder se interconectam em toda reflexão foucaultiana. Procuramos mostrar/situar a obra de Foucault no seio da historiografia dos anos 60 e 70, em particular, com as transformações no âmbito da História social. O legado de Foucault é extremamente relevante no campo epistemológico e na redefinição de novos objetos de pesquisa.

Depois do trabalho de Foucault, o realismo social sofreu um forte abalo e conseqüentemente, a própria história social. A reflexão foucaultiana colocou em xeque as certezas da apreensão científica da realidade, no momento em que os objetos da macro-história estavam sendo questionados pela própria realidade. O estatuto do acontecimento, impregnado de conotação factual, foi alocado no âmbito das rupturas de uma dada formação discursiva, vista como multiplicidades no seio dos acontecimentos, redistribuídos em diferentes zonas de visibilidade. Os recortes dos campos de saber (filosofia, história, literatura, entre outros), unidades do livro, da obra e do tempo são interpretados como fatos discursivos em um determinado campo de referência e em um momento histórico dado. Foucault procura conjugar a descrição de dispersões com a exigência de unidade(s) de um determinado campo discursivo, por meio da descrição das regras que presidem um “sistema de dispersão”. Portanto, Foucault reordena as unidades pré-estabelecidas em uma massa discursiva que lhe permite descrever regularidades entre objetos, modalidades enunciativas, conceitos, temas/teorias (estratégias) (FOUCAULT, 2012a, p. 40; OLIVEIRA, 2008, p. 172).

O dualismo estanque entre o social e o discurso tornou-se insustentável e a perspectiva de verdade não poderia mais ser desarticulada da relação de saber com poder, na medida em que a mediação simbólica do social, constituído e organizado pelo discurso, analisado como prática no marco de outras práticas, discursivas e não discursivas, passa a ser fundamental na análise histórica. Tal perspectiva ressoou na nova história cultural, no novo historicismo e nos micro-historiadores (GARCÍA, 1997, p. 156-157).

As transformações na historiografia também têm conduzido à maior diversidade de interpretações e ao reconhecimento de um diálogo contínuo. Foucault contribuiu nestes dois aspectos, apesar de seus trabalhos serem utilizados por historiadores¹², em especial, estadunidenses, para refutar a História Social em defesa de novos modelos derivados do

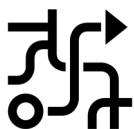
¹² Gérard Noiriel (1994), cita a historiadora Lynn Hunt como um exemplo que utiliza conceitos repudiados por Foucault.



“giro linguístico” (*linguistic turn*). Contudo, mesmo repelindo a História Social, continuam repetindo práticas e usando conceitos empiristas, repudiados por Foucault. De fato, o “giro linguístico” nos estudos históricos rompe com o determinismo dos enfoques socioeconômicos e enfatiza os fatores culturais, nos quais a linguagem tem um papel chave, porém, articula a interpretação social com a linguística. Além disso, não devemos confundir o trabalho de Foucault com o desconstrucionismo textualista, pois ele não reduz o social ao discurso. Sua contribuição deve se relacionar com a ideia de que a realidade aparece configurada pelos regimes discursivos, perspectiva que abalou algumas das certezas da História Social e abriu caminho para pesquisas e reflexões presentes até os dias atuais no pensamento histórico.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A História em Jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. In: *Anos 90* (UFRGS). Porto Alegre, v. 11, n.19/20, p. 79-100, 2004.
- _____. O historiador Naif ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 193-215.
- BARTHES, Roland. Le discours de l'histoire. In: *Information Sur les Sciences Sociales*, Paris, VI, n. 4, p. 65-75, 1967.
- BRAUDEL, Fernand; MANDROU, Robert. Trois clefs pour comprendre la folie à l'époque classique. In: *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, n. 4, p. 761-772, 1962.
- CANGUILHEM, Georges. *O conhecimento da vida*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaio Racionalistas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- _____. *O historiador fala de teoria e de metodologia*. 1. ed. Bauru: Edusc, 2005.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte-Mg: Autêntica Editora, 2009.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 20.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- CEZAR, Temistocles. Hamlet Brasileiro. Ensaio sobre giro-linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). In: *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 17, abril/2015.
- DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. 1.ed. São Paulo: LiberArts, 2017.
- DERRIDA, Jacques. *De la Grammatologie*. Paris: Les éditions de Minuite, 1967.
- DOSSE, François. *A História à prova do tempo: da História em migalhas ao resgate do sentido*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.



DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

DROYSEN, Johan Gustav. *Manual de Teoria da História*. Petrópolis: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. Nietzsche, a Genealogia, a História. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b. p. 260-281.

_____. Retornar à História. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c. p. 282-295.

_____. Sobre as maneiras de escrever a História. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008d. p. 62-77.

_____. *História da loucura: na Idade clássica*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

_____. Michel Foucault: as palavras e as coisas, In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ditos e escritos VII: arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a. p. 138-144.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011b.

_____. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

_____. *A ordem do discurso*. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012b.

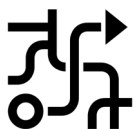
_____. A poeira e a nuvem. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder e saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012c. p. 316-327.

_____. O cuidado com a verdade. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012d. p. 234-245.

_____. Verdade e Poder. In: MACHADO, Roberto (Org.). *Microfísica do Poder*. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012e. p. 35-54.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 273-295.

GARCÍA, Vazquez Francisco. Foucault y la historia social. In: *Historia Social*, Valencia, n. 29, p. 145-159, 1997.



GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

IGGERS, George. *La historiografía del siglo XX: desde la objetividad científica al desafío posmoderno*. 1. ed. Chile: Fondo de Cultura Económica, 2012.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. Foucault e a nova história. *Plural*, Revista de ciências sociais da USP, v. 10, p. 197-210, 2003.

_____. *História e memória*. 6. ed., Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2012.

LÉONARD, Jacques. L'historien et le philosophe: a propos de: surveiller et punir; naissance de la prison. In: PERROT, Michelle. *L'impossible prison*. Paris: Seuil, 1980. p. 163-181.

LOPES, Fábio Henrique. Possibilidades de conexão. Michel Foucault, relações de gênero e estudos queer. In: BAGOAS - *Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades*, v. 16, p. 162-196, 2017.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. Introdução: por uma genealogia do poder. In: _____ (Org.). *Microfísica do Poder*. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

NOIRIEL, Gérard. Foucault and History: the lessons of a disillusion. In: *The Journal of Modern History*, Chicago, v. 66, n. 3, p. 547-568, set./1994.

OLIVEIRA, Cristiane. A vertigem da descontinuidade: sobre os usos da história na arqueologia de Michel Foucault. *História, Ciências e Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 169-181, 2008.

PEREIRA, Lucas de Almeida. *Da filosofia à História: os diálogos entre Foucault e os Annales*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2017.

POSTER, Mark. Foucault and History. In: *Social Research*, v. 49, n. 1, p. 116-142, 1982.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social*. In: *Revista de Sociologia*, São Paulo, v. 7, p. 67-82, out./1995.

_____. O feminismo acolhe Foucault. In: *Labrys*, estudos feministas, v. 2014, p. s/n, 2014.

RAGUSA, Pedro. O Estruturalismo na arqueologia do saber: episteme como estrutura-histórica. In: *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia-MG, v. 14, n. 2, jul.-dez./2017.

RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes de. Do giro linguístico ao giro ético-político. In: *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 17, abril /2015.

REVEL, Jacques. *História e historiografia: exercícios críticos*. 1. ed. Curitiba: Ed.UFPR, 2010.

SAMPAIO, Evaldo. A virada linguística e os dados imediatos da consciência. In: *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 40, n. 2, p. 47-70, Junho 2017.



SPIEGEL, Gabrielle M. La historia de la práctica: nuevas tendencias en historia tras el giro lingüístico. In: *Ayer*, n. 62, p. 19-50, 2006.

STONE, Lawrence. The revival of narrative: reflections on a new old history. In: *Past and Present*, Londres, n. 85, p. 3-24, 1979.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4. ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

VILLAR, Pierre. História Marxista, história em construção In: LE. GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novos problemas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 146-178.

WHITE, Hayden. *Metahistory: The historical imagination in nineteenth-century Europe*. 1. ed. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1973.

_____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1994.

Recebido em: 21/11/2020

Aprovado em: 19/05/2021